

**Parecer nº 66/98**

Data: 1998.06.17

Processo nº 356

**Reclamante:** Domingos José Fernandes Fevereiro.

**Entidade reclamada:** Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

1. Domingos José Fernandes Fevereiro vem reclamar do indeferimento ao pedido, que apresentou à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, de reprodução por fotocópia dos contratos de fornecimento de alimentação ao Estabelecimento Prisional de Monção nos anos de 1997 e 1998 celebrados com a sociedade Uniself, Lda., e dos cadernos de encargos relativos aos mesmos contratos, com fundamento na Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos – LADA).
2. A Direcção-Geral dos Serviços Prisionais entendeu não ser aplicável a LADA por não haver ocorrido ainda a respectiva regulamentação, da incumbência do Governo e, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, considerou faltar legitimidade ao requerente «por não ser parte directamente interessada no procedimento».

O reclamante alega ter interesse pessoal e direito a obter as fotocópias dos documentos solicitados sem custos, por haver demonstrado precaridade económica.

3. O acesso a documentos administrativos é regido pela LADA. Os contratos de fornecimento e os cadernos de encargos respectivos constituem documentos administrativos desde que tenham origem ou sejam detidos por serviços do Estado que exerçam funções administrativas, como acontece com a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

Os contratos de fornecimento e os cadernos de encargos não incluem, certamente, dados pessoais, ou seja, «informações sobre pessoa singular que contenham

apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada» artigo 4º/1/b) e c) , pelo que não são nominativos.

Ora, «todos têm o direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo» (artigo 7º/1). Trata-se do princípio geral em matéria de acesso aos arquivos e registos administrativos, prescrito no artigo 268º/2 da Constituição.

Não contendo os documentos pedidos informações classificadas por razões de segurança interna ou externa, ou em segredo de justiça, o direito de acesso pode ser exercido por qualquer pessoa, independentemente da demonstração ou sequer alegação de interesse directo e pessoal.

Só será admissível diferimento de exercício do direito se o acesso respeitar a documentos constantes de processos não concluídos ou a documentos preparatórios de uma decisão, até à tomada desta ou, o mais tardar, ao decurso de um ano após sua elaboração (artigo 7º/5).

#### 4. Consideremos a alegada falta de regulamentação da LADA e respectivos efeitos.

O artigo 24º impõe a regulamentação da LADA pelo Governo. Este preceito já terá sido cumprido, designadamente pelo Decreto-Lei nº 134/94, de 20 de Maio, quanto ao estatuto dos membros da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (a que se refere o artigo 19º/6).

É certo que a permissão efectiva para o interessado reclamar pressupõe a entrada em funcionamento da CADA (artigos 15º e 16º).

Porém, o mesmo não sucederá com o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos previsto pelo artigo 268º/2 da Constituição e pela LADA; nem com o de todos os cidadãos serem esclarecidos objectivamente sobre os actos do Estado ou acerca da gestão dos assuntos públicos (artigo 48º/2 da Constituição). A eficácia destes direitos não depende de regulamentação. O artigo 18º/1 da Constituição prevê

que «os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são directamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas», aplicando-se o regime dos direitos, liberdades e garantias também aos direitos fundamentais de natureza análoga (artigo 17º). Não importa discutir aqui a exequibilidade por si mesmas daquelas normas fundamentais. O direito de acesso aos documentos administrativos encontra-se regulado pela LADA, decorrendo desta lei o dever de acatamento total pela Administração Pública daquele direito.

Por outro lado, a instalação da CADA veio disponibilizar às pessoas a possibilidade de reclamar dos actos ou omissões que limitem ou impeçam o direito de acesso aos documentos administrativos, constituindo a reclamação um passo necessário para ulterior actuação judicial. Tem-se em vista tornar mais célere a apreciação do diferendo por uma entidade independente, concedendo assim outra oportunidade de apreciação do caso concreto pela Administração antes do recurso à via judicial.

Toda a actuação desenvolvida pela CADA desde a sua instalação supõe, justamente, a plena eficácia das normas reguladoras do direito de acesso aos documentos administrativos. Aliás, estas normas jurídicas como as demais só necessitariam de outras normas complementares com natureza regulamentar se isso fosse imprescindível para se tornarem exequíveis, não sendo esse o caso.

5. Acrescente-se que, no respeitante aos serviços da Administração central, os custos a suportar pelos interessados pela reprodução de documentos foram fixados pelo despacho conjunto nº 280/97 (Diário da República, II Série, de 30 de Agosto de 1997, pp. 10658) dos Ministros das Finanças e Adjunto, não cabendo a esta Comissão pronunciar-se sobre a precariedade económica do requerente e eventual benefício de apoio judiciário.
6. Nos termos expostos, esta Comissão é de parecer que o reclamante, como qualquer pessoa, tem direito de acesso aos documentos solicitados (contratos de fornecimento de alimentação para o Estabelecimento Prisional Regional de Monção nos anos de 1997 e 1998, celebrados com a sociedade Uniself, Lda., e cadernos de encargos

relativos aos mesmos contratos), devendo o mesmo ser facultado pela Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

Todavia, o acesso a documentos constantes de processos não concluídos ou a documentos preparatórios de uma decisão é diferido até à tomada da decisão ou ao decurso de um ano após a sua elaboração (artigo 7º/5).

Em cumprimento do previsto no artigo 16º/2 da LADA, remeta-se esta deliberação quer ao reclamante quer à entidade requerida (Direcção-Geral dos Serviços Prisionais), para os efeitos legais.

Lisboa, 17 de Junho de 1998.

*José Renato Gonçalves* (Relator) – *José Magalhães* – *João Figueiredo* – *Francisco de Brito* – *Branca do Amaral* – *João Labescat* – *Castro Martins* (Presidente)